

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2016

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR052963/2016  
**DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO:** 10/08/2016 ÀS 11:24  
SINDICATO INTERMUNICIPAL DA HOTELARIA NO ESTADO DO RS, CNPJ n. 94.067.345/0001-06, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO JOB BARRETO ;

E

SIND DOS TRAB EM HOTEIS BARES REST E SIMIL DE CACH SUL, CNPJ n. 91.999.565/0001-80, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). GELCI MARIA NUNES FERNANDES ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Hotéis e Similares**, com abrangência territorial em **Cachoeira do Sul/RS**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Ficam estabelecidos os seguintes salários normativos:

- I. No mês de janeiro de 2016: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais);
- II. A partir de fevereiro e março de 2016: R\$ 1.104,00 (um mil e trinta reais) por mês;
- III. A partir de abril de 2016: R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais) por mês;
- IV. A partir de maio de 2016: R\$ 1.130,00 (um mil e trinta reais) por mês.

## Reajustes/Correções Salariais

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados em 1º de janeiro de 2016 no percentual de 9,60% (nove inteiros e sessenta centésimos por cento), a incidir sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 2015.

## **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

### **CLÁUSULA QUINTA - CÓPIAS/RECIBOS**

Os empregadores fornecerão aos empregados, obrigatoriamente, comprovantes de pagamentos de salários, com a discriminação das parcelas pagas, inclusive do recibo de rescisão preenchido e assinado e cópia do contrato de trabalho quando formalizado por escrito.

### **CLÁUSULA SEXTA - SUBSTITUTO**

O substituto fará jus ao salário do substituído, excluídas as vantagens pessoais, enquanto perdurar a substituição, desde que esta seja superior ou igual a 20 (vinte) dias.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL**

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base.

Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

<b>Admissão</b>	<b>Reajuste</b>
JAN/15	9,60%
FEV/15	8,21%
MAR/15	7,14%
ABR/15	5,77%
MAI/15	5,13%
JUN/15	4,25%
JUL/05	3,56%
AGO/15	3,05%
SET/15	2,83%
OUT/15	2,38%
NOV/15	1,72%
DEZ/15	0,76%

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e com 75% (setenta e cinco por cento) para as que excederem de duas por dia.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

## **CLÁUSULA NONA - QUINQUENIO**

Os integrantes da categoria profissional representada receberão, mensalmente, um adicional de 3% (três por cento) sobre o salário contratual, para cada cinco (05) anos ininterruptos de serviço prestado ao mesmo empregador.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para o cumprimento do disposto nesta cláusula os empregadores que, sob o mesmo título (adicional por tempo de serviço ou quinquênio), estiverem pagando quantitativos em valor superior, poderão compensar as importâncias efetivamente pagas.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O adicional fixado, embora constitua parcela integrante de remuneração, deverá ser sempre considerado e pago destacadamente, não servindo a composição do salário normativo estabelecido na cláusula terceira.

### **Outros Adicionais**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - QUEBRA DE CAIXA**

Os empregados que exerçam exclusivamente a função de caixa, perceberão um adicional no valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo profissional, a título de "quebra-de-caixa", ficando convencionado que o valor percebido não integra o salário para qualquer efeito legal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ESTIMATIVA DE GORJETA**

Os empregadores deverão acrescentar aos salários fixos dos garçons, unicamente para efeitos legais de contribuição ou indenização (gratificações natalinas, férias, FGTS e INSS) a título de estimativa de gorjetas espontâneas, um valor correspondente a 10% (dez por cento) do salário efetivamente percebido.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Gorjeta espontânea - Definição - Trata-se daquela que o cliente gratifica o empregado, sem o conhecimento do empregador.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os valores pagos a título de gorjeta espontânea poderão exceder os valores acima previstos, desde que o empregado apresente declaração firmada dos respectivos valores recebidos diretamente dos clientes ao empregador.

### **Auxílio Creche**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXILIO CRECHE**

Determina-se a instalação de local destinado à guarda de crianças em período de amamentação, quando existentes na empresa mais de cem mulheres maiores de 16 anos, facultado o convênio com creches.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANOTAÇÃO CTPS**

As empresas ficam obrigadas a anotar na Carteira de Trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO RESCISÃO**

A comunicação de rescisão contratual, por qualquer das partes, será feita através de carta-aviso e, se por justa causa, com especificação desta, indicando, em qualquer hipótese, o local e a data para o pagamento das parcelas rescisórias. A ausência do empregado para o recebimento das parcelas rescisórias deverá ser atestado por 2 (duas) testemunhas desobrigando, no caso do empregador, o pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ESTABILIDADE / APOSENTADO**

Gozarão de estabilidade aqueles empregados que contem, no mínimo, com 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto prestado ao mesmo empregador, durante os 12 (doze) últimos meses que antecedem ao direito de obterem a sua aposentadoria por tempo de serviço, ou idade, ou seja, 65 anos de idade ou 35 anos de serviço para os homens e 60 anos de idade ou 30 anos de serviço para as mulheres. A garantia ora assegurada só passará a existir após a comunicação escrita, por parte dos empregados, de tal direito aos seus respectivos empregadores. Essa comunicação deverá ser feita no curso do contrato, antes da comunicação de dispensa (aviso prévio).

#### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE GESTANTE**

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante garantindo-se a estabilidade desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, conforme determina a Constituição Federal.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO HORAS**

As empresas abrangidas pelo presente acordo, tanto para os empregados do sexo masculino, como feminino e menores, poderão dispensar o acréscimo de salário, se, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro, de maneira que não exceda o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Uma vez estabelecido o regime de trabalho acima as empresas não poderão alterá-lo sem expressa anuência dos empregados, exceto se adotarem o regime previsto na cláusula compensação/ banco de horas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO/ BANCO DE HORAS**

As empresas ou entidades representadas pelo segundo conveniente poderão adotar a implantação de jornada flexível de trabalho, tanto para empregados homens quanto para mulheres e menores, controlada por “Sistema de Créditos e Débitos de Horas Trabalhadas – Banco de Horas”, em que as horas trabalhadas

além ou aquém da jornada normal em determinados dias ou período sejam compensadas pela correspondente diminuição ou acréscimo em outros dias ou período. O sistema poderá ser adotado para todos os empregados ou para setor ou setores da empresa.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A apuração e liquidação do saldo de horas será feita por **trimestre**, devendo a periodicidade ser fixada pelo empregador, com prévia comunicação aos empregados. A data de início e encerramento do trimestre coincidirá com os dias de abertura e fechamento do registro de frequência(cartão, livro ou folha de ponto).

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

No final do trimestre, sendo o empregado credor de horas extras, deverá receber o valor correspondente, com os adicionais previsto em lei, acordo ou convenção coletiva. Se o empregado for devedor de horas de trabalho não poderá sofrer qualquer desconto, iniciando-se nova contagem.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A jornada de trabalho não poderá exceder o limite de 10(dez) horas diárias.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

Os empregadores que adotarem a jornada flexível ficam obrigados a manter registro de frequência, bem como controle de crédito ou débito de horas, que deverá ser informado ao empregado mensalmente.

### **PARÁGRAFO QUINTO**

Na ocorrência de rescisão contratual, por iniciativa do empregador, no curso do trimestre, será adotado o procedimento ajustado no parágrafo segundo supra. Se a iniciativa for do empregado, antes do encerramento do registro de frequência do trimestre, e ele for devedor de horas de trabalho, será descontado o valor correspondente.

### **PARÁGRAFO SEXTO**

A faculdade estabelecida nesta cláusula aplica-se a todas as atividades, inclusive aquelas insalubres, independente da autorização a que refere o artigo 60 (sessenta) da Consolidação das Leis do Trabalho.

#### **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INTERVALO**

O intervalo entre um turno e outro de trabalho poderá ser dilatado, independentemente de acordo escrito entre empregado e empregador, até o máximo de 4 (quatro) horas.

#### **Controle da Jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - LIVRO/CARTÃO PONTO**

Os cartões ou livros ponto instituídos pelas empresas deverão ser marcados ou assinados pelos próprios empregados, não sendo admitida a participação de outros, sob pena de nulidade.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO- CARTÃO PONTO- ASSINALAÇÃO DO INTERVALO**

Para melhor aproveitamento do tempo dos trabalhadores as empresa poderão dispensar a marcação do ponto no horário do intervalo para repouso e alimentação, fazendo a assinalação no cartão ponto do horário destinado a tal intervalo, de forma impressa ou por meio mecânicos. As empresas que optarem pela adoção do sistema aqui referido deverão fazer constar no respectivo cartão de ponto esta condição.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE ELETRÔNICO DA JORNADA DE TRABALHO**

Na forma e condições previstas na Portaria MTE 373/2011, fica autorizada a utilização de sistema eletrônico para controle de jornada de trabalho.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A empresa que adotar o controle de jornada previsto no “caput” desta cláusula não poderá admitir restrição à marcação automática ou não do ponto, bem como exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada e a alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Para fins de fiscalização, os sistemas alternativos eletrônicos deverão estar disponíveis no local de trabalho, além de permitir a identificação de empregador e empregado e possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O uso da faculdade prevista no caput implica a presunção de cumprimento integral

pelo empregado da jornada de trabalho contratual, convencionada ou acordada vigente no estabelecimento.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

Deverá ser disponibilizada ao empregado, até o momento do pagamento da remuneração referente ao período em que está sendo aferida a frequência, a informação sobre qualquer ocorrência que ocasione alteração de sua remuneração em virtude da adoção de sistema alternativo.

#### **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE ESTUDANTE**

Concede-se licença não remunerada nos dias de prova do empregado estudante, desde que avisado o empregador por escrito com setenta e duas horas de antecedência e mediante comprovação.

#### **Relações Sindicais**

#### **Representante Sindical**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL**

Nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados é assegurada a eleição direta de um representante, com as garantias do artigo 543 e seus parágrafos da CLT.

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DESCONTO ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão de todos os seus empregados, a título de Contribuição Assistencial, o valor equivalente a dois (02) dias de salário, um em cada mês, os quais deverão ser descontados nos meses de **agosto/2016 e setembro/2016** e recolherão aos cofres da entidade profissional até o dia 10 do mês subsequente.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O não recolhimento dos valores referidos nas datas aprezadas implicará no pagamento de multa de 2% (dois por cento) sem prejuízo de juros e correção monetária, a favor do Sindicato profissional.



## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As empresas deverão fornecer ao Sindicato profissional, no sentido desta manter o controle da categoria representada, relação de empregados juntamente com o pagamento mensal da contribuição assistencial, o qual deverá conter nome e valor da contribuição assistencial.

## **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Qualquer trabalhador integrante da categoria profissional poderá, no período de 26 de agosto/16 à 05 de setembro/16, opor-se ao desconto da contribuição assistencial, manifestação esta a ser efetuada perante o Sindicato dos empregados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas representadas pelo Sindicato Intermunicipal da Hotelaria do Estado do Rio Grande do Sul - SINDIHOTEL/RS recolherão aos cofres da entidade, à título de contribuição assistencial, um valor equivalente a 02 (dois) dias de salário já reajustado e vigente à época do recolhimento, de cada um de seus empregados, beneficiados ou não com as cláusulas do presente acordo. O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 10. Setembro. 2016, sob pena das cominações do art. 600 da CLT.

Parágrafo único: Quando a empresa não possuir empregados ou o valor correspondente a 02 (dois) dias de salário dos empregados (2/30 da folha de pagamento), for inferior a R\$ 103,00 (CENTO E TRÊS REAIS), esta será a importância que deverá ser recolhida a título de Contribuição Assistencial Patronal.

### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA**

Fica instituída a obrigação de pagamento de multa, em favor do empregado, no caso de descumprimento de qualquer cláusula deste acordo. O valor da multa será equivalente a 5% ( cinco por cento ) de um salário mínimo por infração cometida.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

A multa aqui estipulada só será devida após prévia notificação e constituição em mora do empregador, pelo primeiro conveniente.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES**

Os empregadores fornecerão, gratuitamente, os uniformes sempre que exigirem seu uso, ficando o empregado obrigado a devolver o material recebido, no estado em que estiver, quando da substituição ou no caso de ser rescindido o respectivo pacto laboral.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AVISO PREVIO/DISPENSA**

O empregado no cumprimento do aviso prévio, dado pelo empregador, que provar a obtenção de novo emprego, terá direito a se desligar da empresa, de imediato, recebendo apenas os dias já trabalhados no curso do aviso prévio, sem prejuízo das demais parcelas rescisórias.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATRASO AO SERVIÇO**

Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final de jornada de trabalho ou da semana.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO DE CHEQUE**

É vedado o desconto salarial de valores de cheques recebidos de terceiros, sem previsão de fundos ou fraudulentamente emitidos, quando cumpridas as determinações escritas do empregador, que deverão ser de inequívoco conhecimento do empregado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS**

Defere-se a fixação, nas empresas com mais de cem empregados, de quadro de avisos do Sindicato profissional, para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTOS BENEFÍCIOS**

Mediante expressa autorização do empregado as empresas poderão efetuar os seguintes descontos nos salários: seguro de vida em grupo, vale-farmácia, fornecimento de cesta de alimentos integral ou parcialmente subvencionada pela empresa, vale supermercado, tíquetes para refeições, mensalidades de agremiações dos empregados da empresa, serviço médico e odontológico, transporte, cooperativas de consumo e compra de produtos promocionais.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O desconto aqui autorizado não poderá exceder de 70 % ( setenta por cento) do valor do salário do empregado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CATEGORIA PROFISSIONAL E TROCA DE DATA BASE**

A presente convenção coletiva de trabalho abrangerá a categoria profissional

dos trabalhadores em hotéis, motéis e similares representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Cachoeira do Sul. Fica estabelecido que a data-base da categoria a partir do ano de 2015 passa a ser 1º de janeiro.

ANTONIO JOB BARRETO  
Procurador  
SINDICATO INTERMUNICIPAL DA HOTELARIA NO ESTADO DO RS

GELCI MARIA NUNES FERNANDES  
Procurador  
SIND DOS TRAB EM HOTEIS BARES REST E SIMIL DE CACH SUL

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)